REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO NORTE FLUMINENSE: O MODELO PETROLÍFERO FACE AO TERRITÓRIO

Frédéric Monié[1]
Gisela Aquino Pires do Rio[2]

Introdução

Em decorrência dos investimentos de grande porte realizados nas últimas décadas pela Petrobrás, a Bacia de Campos fornece hoje mais de 80% do petróleo produzido no país. A emergência e o desenvolvimento da indústria petrolífera no norte fluminense, onde a dificuldade de modernização das atividades agrícolas tradicionais apontava para um cenário de estagnação duradoura, desde meados da década de 1970, teve efeitos múltiplos sobre a organização do espaço regional e sua inserção nas escalas nacional e, hoje, global.

Observa-se uma mudança radical da estrutura produtiva decorrente dos investimentos realizados nessa indústria e nos serviços à produção, cujo principal *locus* é Macaé. Esse novo perfil contribuiu para uma reorganização multifacetada do espaço regional: atores sociais tradicionais passaram a compartilhar o poder com atores ligados as esses setores e novas institucionalidades emergiram. Essas mudanças redefiniram a hierarquia urbana regional, alterando a posição de Macaé. A atual centralidade desse cidade e o declínio relativo da posição de Campos indicam claramente que as novas polarizações espaciais e setoriais privilegiam os focos suscetíveis de articular escalas de produção, circulação e consumo extremamente diversificadas.

Em termos gerais a problemática que sustenta o presente trabalho é a da transição de um modelo de desenvolvimento essencialmente controlado por agentes externos para um modelo de desenvolvimento comandado pela ação local, ainda com grande especialização setorial, mas que pode ser obtido por uma mudança qualitativa na inserção em redes nacionais e globais que privilegie as interações construídas sobre interdependências e componentes locais. Trata-se, portanto da relação entre recursos naturais, setores produtivos e território. Essa relação envolve, no caso da Bacia de Campos, a constituição de uma malha de interações diferente daquela que caracterizava parte dos municípios confrontantes.

Heranças da estrutura espacial: o esvaziamento econômico da região

Como já assinalado por Galvão (1986), uma das questões fundamentais do estado do Rio de Janeiro refere-se ao desenho da malha de interações que permeiam sua estrutura

[1] Professor do Departamento de Geografia da UFRJ, Pesquisador do CNPq.

espacial e que acentuam as disparidades internas quer setorial, quer regional. Essa característica tem suas origens na própria formação do estado do Rio de Janeiro: a concentração metropolitana, tributária das funções portuária e administrativa, cuja influência articulou um vasto interior (muito além dos limites do próprio estado), e as demais regiões do estado, cuja base primário-exportadora escravista reprimiu a formação do mercado doméstico e de um tecido produtivo mais dinâmico.

A baixada campista individualizou-se no contexto do estado ao longo de sua história a partir da produção canavieira, da pecuária extensiva e, mais recentemente, da exploração de petróleo e gás. Essas atividades caracterizaram, grosso modo, "ciclos econômicos" que estruturam a atual malha de interações espaciais. O ciclo da cana de açúcar possibilitou a organização da região com base em grandes propriedades e no trabalho escravo[3]. Assim como no caso do café, que se desenvolveu no Vale do Paraíba fluminense no primeiro quartel do século XIX, a lavoura canavieira que expandiu-se na baixada campista ainda no século XVII, sofreu as oscilações e flutuações inerentes a esse tipo de atividade. O regime de exploração da terra, as incertezas do funcionamento do mercado de produtos agrícolas, sujeito a fortes variações do consumo e do preço no mercado internacional, deixaram marcas consideráveis nessa região, que dificultam, atualmente, sua reconversão. Trata-se, na realidade, de uma região que cresceu em oposição à metrópole, quer pela tardia ligação por terra com a cidade do Rio de Janeiro, quer pelas opções da elite canavieira no que diz respeito às alternativas de inserção na economia estadual e do sudeste. Foi ainda sobre a cultura canavieira que esta região recebeu parte dos subsídios do PROALCOOL para modernizar as usinas que aí se localizavam, sem que os investimentos realizados pudessem alterar sua competitividade, principalmente em relação às condições de produção, transporte e moagem do interior paulista, acentuando, assim, a reduzida capacidade de acumulação dessa porção do território fluminense. Dito de outro modo, a dependência de projetos federais têm marcado a configuração dessa região.

O Ciclo do petróleo

O ingresso da região no "ciclo do petróleo" ampliou essa tendência. Nos anos 1970, num contexto caracterizado pela alta do preço desse produto no mercado mundial, o estado brasileiro definiu estratégias visando a estimular a produção de petróleo, conferindo à Petrobrás o papel de modernizar e desenvolver o setor petrolífero mediante um duplo programa de expansão e reestruturação implicando política de integração vertical – prospecção; exploração; produção; refino e distribuição de derivados – e de investimentos

[2] Professora do Departamento de Geografia da UFRJ, Pesquisadora do CNPq.

[3] A cana de açúcar começou a ser produzida no estado do Rio de Janeiro no Recôncavo da Guanabara. A partir da segunda metade do século XVIII teve início a produção na baixada campista. Primeiramente em pequenas propriedades, a cultura canavieira expandiu-se, no século XIX, apoiada na grande propriedade (Bernardes, 1957).

de grande porte na petroquímica de base e na produção de produtos finais. (Monié, 2003). O domínio crescente pela Petrobrás sobre as técnicas de exploração *off shore* alavancou as atividades da empresa na plataforma continental da Bacia de Campos, onde petróleo tinha sido descoberto nos anos 1950. Duas décadas depois, o porte dos investimentos em prospeção e exploração alí realizados e a escolha de Macaé para implantar uma Base Operacional autônoma da Petrobrás, projetaram o norte fluminense no cenário petrolífero nacional (Nascimento, 1999). Em 1997, a quebra do monópolio da firma da empresa estatal sobre a exploração e produção e a abertura do setor para a concorrência confirmaram a expansão da indústria petrolífera na Bacia de Campos que abriga, hoje, aproximadamente 80% das reservas totais de petróleo, distribuídas num conjunto de 29 bacias sedimentares brasileiras[4] (Horta, 2002). Desde então, a produção passou de cerca de 600 000 barris por dia para 446.238 milhões de barris/dia em 2003 (ANP, 2004) o que representa mais de 80% da produção nacional. Esse crescimento contínuo da produção e a nova inserção do norte fluminense no cenário energético e econômico nacional e internacional provocaram transformações profundas na estrutura produtiva, demográfica e cultural regional[5].

O Novo perfil cultural

Entre as dinâmicas atualmente observadas na Bacia de Campos, vale ressaltar as mudanças na cultura regional provocadas pela entrada de novos agentes – empresas nacionais e estrangeiras; profissionais de alto nível; estudantes universitários – e pela implantação de uma cultura empresarial moderna em municípios onde predominavam as atividades agro-pastoris tradicionais (Igeo, 2003). Nas cidades que sofrem os maiores impactos do desenvolvimento da indústria petrolífera, em particular Macaé e os municípios vizinhos, como Rio das Ostras e Carapebus, a vida cultural se emancipa gradualmente dos códigos e dos valores tradicionais impostos pela oligarquia agrária que moldou, desde os meados do século XIX, uma sociedade bastante conservadora. O espírito empresarial moderno entra, assim, em conflito com uma cultura agrária cujas práticas produtivas ilustram uma profunda defasagem espacial e temporal com os ritmos e as interações espaciais da moderna sociedade industrial. Essa discrepância entre o "velho" e o "novo" manifesta-se por exemplo através da emergência de novos atores políticos e sociais, politicamente menos comprometidos com os interesses tradicionais da elite regional. Da mesma forma, a emergência de um novo padrão de consumo por parte da população mais inserida nos novos circuitos econômicos e comerciais transforma a paisagem urbana onde aparecem lojas mais sofisticadas, *shopping centers*, equipamentos de lazer e culturais de maior

[4] A Bacia abriga também aproximadamente a metade das reservas de gás natural.

[5] Podemos considerar que são 13 os municípios costeiros direta e indiretamente impactados pelas atividades de exploração da Bacia de Campos: São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Presidente Kennedy –ES.

qualidade ou, ainda, condomínios residenciais fechados. O município de Macaé é o lócus das maiores transformações em decorrência de sua posição central de pólo econômico e logístico da indústria petrolífera. A região de Campos afirma-se, ao contrario, com um espaço bastante rugoso, por resistir ainda bastante ao processo de modernização (Davidovich, 2000). Na Região dos Lagos os impactos do "choque modernizador" (Piquet, 1990) se dissolvem numa realidade mais complexa pois está franja metropolitana já passa por uma reestruturação radical e veloz ligada ao desenvolvimento das atividades turísticas e de uma economia residencial que já moldaram os contornos uma nova sociedade.

O novo perfil demográfico

Paralelamente, a estrutura demográfica regional também sofreu mudanças importantes nos últimos anos. O atual vigor demográfico contrasta, assim, com a tendência do último meio século caracterizado por um esvaziamento populacional provocado pela decadência das atividades econômicas tradicionais, como a produção de sal, a pecuária bovina, a pesca e a cana de açúcar. Hoje, a Bacia de Campos, notadamente as sub-regiões de Macaé e Cabo Frio, se constituem em espaço dinâmico que oferece *a priori* oportunidades de trabalho e perspectivas de ascensão social para populações de baixa renda e polarizam, em conseqüência, intensos fluxos migratórios.

Tabela 1

População e crescimento demográfico dos municípios da Bacia de Campos 1991-2000

Município	População em 1991 (10^3)	População em 2000 (10^3)	Taxa média de crescimento anual 1991/200 (%)
São Pedro de Aldeia	42.947	63.227	4,43
Arraial do Cabo	19.866	23.877	2,08
Cabo Frio	74.383	126.828	6,17
Armação de Búzios	10.532	18.204	6,33
Casimiro de Abreu	15.622	22.152	3,99
Rio das Ostras	18.223	36.419	8,07
Macaé	94.126	132.461	3,91
Carapebus	6.769	8.666	2,81
Quissamã	10.467	13.674	3,04
Campos dos Goytacazes	376.306	406.989	0,88
São João da Barra	26.203	27.682	0,62
S.F de Itabapoana	33.358	41.145	2,38
Presidente Kennedy-ES	9.433	9.555	0,14

Fonte: IBGE. Censos populacionais de 1991 e 2000.

Algumas cidades costeiras como Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Macaé, Carapebus e Quissamã registram, então, entre as maiores taxas de crescimento do estado do Rio de Janeiro, enquanto Campos dos Goytacazes, São João da

Barra e Presidente Kennedy apresentam uma evolução distinta que ilustra as dificuldades da porção mais setentrional da bacia para se posicionar no novo ciclo produtivo aberto pelo desenvolvimento das atividades petrolíferas. Os fluxos que desenham a nova estrutura demográfica da Bacia de Campos são referentes as tradicionais migrações campo-cidade em escala regional, que alimentam, em particular um processo de urbanização particularmente pujante entre Cabo Frio e Macaé, onde uma conurbação está em via de formação ao longo da RJ-124 e migrações de maior alcance espacial que dizem respeito a trabalhadores oriundos de outras regiões do Brasil que já chegam suficiente capacitados para ingressar no mercado de trabalho formal aberto pelo desenvolvimento das atividades petrolíferas e corelatas[6]. Enfim, um terceiro tipo de migração envolve profissionais de alto nível que vêm do resto do Brasil e do estrangeiro. Vale observar, os efeitos diferenciados desse surto demográfico na medida em que enquanto a mão-de-obra pouca qualificada reside geralmente no município onde trabalha, segmentos profissionais mais qualificados desenvolvem estratégias residenciais diferenciadas ocupando bairros novos e exclusivos nas cidades onde trabalham ou se instalam em municípios menores que oferecem uma melhor qualidade de vida[7].

O crescimento das atividades petrolíferas e parapetrolíferas no Norte fluminense atrai assim trabalhadores sem qualificação e freqüentemente sem experiência no mercado de trabalho formal que vem geralmente das regiões mais pobres do estado do Rio de Janeiro ao mesmo tempo que profissionais de alto nível que contribuem para com o dinamismo do emprego industrial. Do seu lado, o crescimento acelerado dos municípios da Região dos Lagos pode ser relacionado ao desenvolvimento do turismo e de uma economia residencial de tipo heliotrópica que atrai aposentados cariocas e trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Monié, 2003). O intenso processo de redistribuição da população em direção as cidades e aos espaços economicamente mais dinâmicos evidencia então profundas discrepâncias no atual processo de transformação da Bacia de Campos.

O novo perfil sócio econômico da região

O perfil sócio-econômico da Bacia de Campos passa também por um processo de desestruturação-reestruturação cujos marcos mais visíveis relevam evidentemente do dinamismo dos setores ligados ao petróleo e da estagnação de atividades que desempenharam um papel historicamente fundamental: pesca, salinas, cana de açúcar, olarias ou pecuária bovina. Nesse processo de transformação, duas decisões do Estado

[6] É em particular o caso de operários que já trabalharam em outras bacias petrolíferas no Nordeste do país.

[7] O dinamismo do mercado imobiliário da praia de Cavalheiros e Lagoa de Imboassica em Macaé; do Farol de São Tomé em Campos ou, em Conceição de Macabu e Rio das Ostras indica assim práticas espaciais caracterizadas por um maior nível de mobilidade dos trabalhadores mais qualificados. Vale

brasileiro funcionaram como divisores de água: a instalação da Base Operacional da Petrobrás em Macaé e o fim do monopólio sobre a prospecção e extração de petróleo e gás natural.

Em 1977, a decisão da Petrobrás de instalar em Macaé sua Base de Operações de Exploração e Produção para Bacia de Campos foi o marco inicial de grandes mudanças na região (Nascimento, 1999). A chegada da Petrobrás e de empresas de serviços e industriais terceiras transformou a estrutura produtiva local onde predominavam, até então, atividades primárias de baixa produtividade. Os investimentos realizados se traduziram, assim, pela instalação de algumas firmas industriais; infra-estruturas e equipamentos logísticos; empresas de serviços à produção e comércios que constituem hoje os objetos mais visíveis da nova paisagem econômica. No entanto, esta mudança não se inseriu num projeto de desenvolvimento regional e não foi acompanhado pela instalação de um complexo industrial e portuário de grande porte, por exemplo comparável ao de Camaçari, na Bahia. Segundo Davidovich (2000), a inércia da elite regional na competição para acolher o complexo petroquímico fluminense contribuiu para sua localização definitiva em Duque de Caixas, limitando os investimentos a uma série de equipamentos e serviços *off shore* além de alguns estabelecimentos industriais do setor para-petrolífero. Desta maneira, os efeitos desencadeadores – intersetoriais e espaciais – são relativamente limitados quando comparados, por exemplo, com as regiões petrolíferas da Venezuela ou do México (Monié: 2003).

No entanto, a partir de 1997, o fim do monopólio sobre a prospecção e a extração de petróleo provocou uma nova onda de investimentos nacionais e estrangeiros na Bacia de Campos. Desde então, mais de 2.500 empresas se instalaram em Macaé que sedia hoje um "mini-complexo" industrial consituído de firmas, muitas de porte intermediário, atuando em ramos diversos a montante da produção: máquinas, equipamentos, peças, componentes, tubos, material de transporte, etc (Terra, 2003). Cabe acrescentar o papel da "bacia de trabalho imaterial"[8] formada por prestadoras de serviços superiores e por instituições de ensino e P&D que alimentam a economia local em recursos humanos qualificados, suporte tecnológico, informação e conhecimento.

Paralelamente, as tradicionais atividades agropecuárias apresentam uma dinâmica de declínio ou de estagnação, ilustrando as dificuldades de reconversão da área mais setentrional do Estado onde o conservadorismo da elite agrária já tinha constituido um obstacúlo a modernização de atividades como a cana de açucar e a diversificação da estrutura produtiva (Monié, 2003). Os resultados, por enquanto incertos, do projeto

observar que a própria organização do trabalho nas plataformas favorece tal dinâmica pois evita longos descolamentos pendulares diários aos plataformistas (Igeo, 2003).

Frutificar[9] não deixam entrever um futuro agrícola muito promissor. Do seu lado, a pesca é cada vez mais concorrenciada por novas atividades como o turismo que, na Região dos Lagos e no Farol de São Tomé, constitui doravante uma opção de reconversão para um grande contingente de pescadores. As atividades terciárias demonstram, enfim, uma grande vitalidade nas principais cidades da Bacia de Campos. Na Região dos Lagos, o turismo e as atividades correlatas são responsáveis pela transformação da estrutura produtiva local outrora dominada pela indústria salineira e a pesca. No norte fluminense, a cidade de Campos de Goytacazes continua sendo um centro comercial que polariza fluxos de clientes de uma *hinterlandia* relativamente ampla. Na sub-região de Macaé, o desenvolvimento do petróleo se traduziu por um duplo fenômeno de expansão/reestruturação das funções terciárias. O crescimento demográfico e o aumento do nível de renda dinamizaram o comércio local que deve, além disso, atender à um mercado de consumo mais sofisticado. Mas, na mesma cidade, a maior mudança releva sem dúvida da instalação de centenas de empresas prestadoras de serviços a Petrobrás e as demais *majors* petrolíferas que ilustram o ingresso num padrão produtivo de tipo capitalista, intensivo em capital e tecnologia (Monié, 2003).

Reorganização do espaço regional

A expansão da exploração de petróleo e gás na região inflexionou a tendência de esvaziamento econômico da região. Todavia, essa mudança ocorre de modo bastante desigual pois o crescimento da atividade petrolífera e para-petrolífera provoca fenômenos de polarização setorial e espacial que marcam a ascensão de espaços mais dinâmicos e sancionam o declínio de áreas menos propensas a reconversão de suas atividades em decorrência de fatores físicos, políticos, culturais e sociais ou de decisões tomadas em outras esferas espaciais. O primeiro efeito da expansão da indústria petrolífera reside na redistribuição da população do interior rural para as áreas urbanas dos municípios costeiros mais inseridos no novo ciclo produtivo. Os fluxos migratórios oriundos no norte e do noroeste fluminense, da zona da mata mineira e do sul do Espírito Santo provocam um deslocamento do centro de gravidade demográfico em direção ao litoral, em particular a sub-região de Macaé. Os impactos de longo prazo deste movimento sobre as áreas rurais são difíceis de prever. O progressivo esvaziamento da área rural poderia representar, paradoxalmente, uma chance para modernizar as relações de produção no campo e inserir este último em circuitos comerciais modernos. No entanto, os atores locais capazes de alavancar tal movimento parecem escassos no momento (Monié, 2003). Por enquanto, as atividades agropecuárias não conseguem operar a transição de atividades primárias extensivas para uma agricultura moderna e competitiva.

[8] O conceito de bacia de trabalho imaterial é apresentado por Antonio Negri e Maurizio Lazarrato

Do seu lado, os municípios costeiros recebem os maiores fluxos de investimentos produtivos, recursos financeiros e de trabalhadores. No entanto, esta dinâmica afeta o litoral de forma desigual. Macaé, por abrigar a totalidade das instalações terrestres da indústria petrolífera e para-petrolífera, sofre sem duvida os maiores impactos da reestruturação em curso. A instalação na cidade de empresas atuando a serviço da Petrobrás ou a jusante da renda petrolífera – em particular no comércio local – favoreceu a formação de um tecido produtivo associando firmas industriais, serviços de apoio à produção, à comercialização e à distribuição às atividades mais tradicionais. Macaé se posiciona também como principal nó do dispositivo logístico da Petrobrás: o porto de Imbetiba articula produção *off shore* de petróleo e redes *on shore* de abastecimento e transporte e o aeroporto/heliporto desenvolve um papel essencial na interface mar/terra. (Igeo, 2003). Ou seja, a cidade dispõe das infraestruturas e serviços que lhe permitem articular as atividades de produção marítimas e terrestres e conectar o município com os centros de decisão nacionais e internacionais da economia petrolífera assim como com os mercados de consumo em diversas escalas geográficas. A disponibilidade em redes técnicas de qualidade confere então a cidade uma posição privilegiada num cenário global extremamente exigente em velocidade e flexibilidade.

Neste processo de re-organização do espaço regional, o desafio da reconversão territorial se impõe também, num contexto radicalmente diferente, ao espaço polarizado por Campos dos Goytacazes, onde o processo de modernização enfrenta as maiores resistências. A região não abriga firmas atuando diretamente na prospecção e na exploração de petróleo e o dispositivo logístico local se limita por enquanto ao heliporto de Farol de São Tomé, que funciona como um enclave de modernidade cercado por um espaço em estagnação (Monié, 2003). Do seu lado, a instalação de uma plataforma portuária nesta porção do litoral é dificultada por fatores de ordem física, assim como pela proximidade dos complexos portuários de Vitória e do Rio de Janeiro. Da mesma forma, a construção de uma refinaria suscetível de conferir ao Brasil maior capacidade de produção de derivados leves representa aos olhos das autoridades locais e do governo estadual, a oportunidade de inserir Campos no novo ciclo produtivo regional, gerando emprego e renda para a população. No entanto, essa perspectiva aparece bastante hipotética por razões de ordem financeira, econômica, política e locacional. Ou seja estamos diante de um quadro caracterizado, de um lado, pela dificuldade de sair de um ciclo agro-pastoril que demonstrou nas últimas décadas sua força de inércia e projetos modernizadores amparados em iniciativas que relevam de um modelo nacional-desenvolvimentismo hoje em crise. Campos dos Goytacazes dispõe, no entanto, de alguns trunfos. A cidade, preserva sua tradicional função de lugar central que polariza uma ampla hinterlandia que se estende ao norte e ao

(2001). *Trabalho imaterial*, Rio de Janeiro, DP&A.

noroeste fluminenses, ao sul do Espírito Santo e parte de Minas Gerais graças a uma rede de serviços e comércios que, modernizada, poderia limitar os efeitos da decadência dos setores mais tradicionais. Em segundo lugar, a aglomeração se destaca por abrigar algumas instituições de ensino e pesquisa – unidades da Universidade Federal Fluminense; do CEFET; e da Universidade Candido Mendes - que poderiam ter no futuro um papel fundamental na formação de capital humano e na mobilização de atores públicos e privados locais no âmago de um projeto inovador para a região. Na medida em que o desenvolvimento decorre cada vez mais da liberação e da valorização das potencialidades sociais dos territórios, a existência de redes sociais suscetíveis de produzir sinergias pode ser determinante para inserir o norte fluminense numa nova era.

Os exemplos desse conjunto de mudanças que assumem expressão nas dimensões assinaladas (cultura, demográfica e econômica) fazem emergir uma questão de fundo que diz respeito ao espaço que sustenta a dinâmica econômica. Nesse sentido, o território produtivo será aquele no qual as estratégias de cooperação e competição estabelecidas pelos agentes podem expandir as possibilidades ofertadas pelos recursos disponíveis. Evidentemente, o peso de um setor econômico como o petróleo pode dificultar a emergência de processos autônomos, mas não os impossibilita.

Setor econômico e território produtivo

A análise setorial privilegia, em geral, o peso relativo de um setor econômico como independente do território no qual se desenvolve. A atual discussão sobre a importância dos serviços associados à produção e aos espaços nos quais os serviços específicos operam de modo a criar uma dinâmica positiva, indicam, no entanto, o contrário, isto é, a importância da constituição de um tecido produtivo ancorado no território como condição necessária de sua formação e evolução. Este aspecto é tão mais importante quando do reconhecimento de uma competição entre territórios em escala global. Assim, as transformações descritas e analisadas precedentemente, apontam para situações muitas vezes contraditórias no contexto da região mas que, ao mesmo tempo, indicam a emergência de uma governança local que busca criar singularidades as quais, do ponto de vista econômico, tornam os lugares mais competitivos. Ilustram esse ponto os seguintes aspectos: o peso relativo das empresas que controlam o setor, as estratégias de ação local, a busca do controle sobre espaços potencialmente atrativos e a constituição de novas institucionalidades que procuramcompatibilizar os dois últimos pontos em relação ao setor hoje dominante.

A abertura do mercado de petróleo e gás natural a companhias privadas não reduziu o peso relativo da Petrobrás na dinâmica territorial. Se de um lado há um novo ambiente competitivo que obrigou a empresa a estabelecer estratégias diferencias segundo as

[9] Programa do governo do estado visando a estimular a produção de frutas para exportação.

distintas regiões onde atua, por outro, essas mesmas estratégias levaram a realização de parcerias praticamente com todas as grandes empresas internacionais que operam no setor de petróleo e gás natural (Egler e Pires do Rio 2004b). Além disso, todas atividades ligadas ao segmento transporte estão sob controle da Transpetro, empresa coligada à Petrobras.

Quadro 1

Empresas do Setor Petróleo e Gás que operam na Bacia de Campos

Empresas	Setor
AGIP	Exploração de Petróleo
TOTAL FINA ELF	Exploração de Petróleo
ENTERPRISE OIL	Exploração de Petróleo
SHELL	Exploração de Petróleo
ESSO	Exploração de Petróleo
CHEVRON REPSOL YPF	Exploração de Petróleo
TEXACO	Exploração de Petróleo
PAN CANADIAN	Exploração de Petróleo
DEVON	Exploração de Petróleo
ODEBRETCH	Exploração de Petróleo
WINTERSHALL	Exploração de Petróleo
OCEAN ENERGY	Exploração de Petróleo
AMERADA HESS	Exploração de Petróleo
PETROBRAS	Exploração de Petróleo
TRANSPETRO	Terminal Terrestre de Cabiúnas
TRANSPETRO	Centro Coletor de Álcool de Campos
TRANSPETRO	Oleoduto Barra do Furado-Cabiúnas
TRANSPETRO	Oleoduto Cabiúnas-Terminal de Campos Elíseos
TRANSPETRO	Gasoduto Cabiúnas-REDUC

Fonte: ANP

No que diz respeito à ação local diferenciada, esta compreendida como uma resposta das municipalidades a dinâmica global de crise do emprego, estagnação do crescimento econômico e acirramento da competição entre territórios, o município de Rio das Ostras constitui um exemplo muito ilustrativo (Diogo, 2004). Fazendo limite com Macaé, seu pólo regional mais dinâmico e nas vizinhanças de Cabo Frio e Armação de Búzios, que são destinos turísticos relativamente consolidados no contexto fluminense, essa municipalidade optou por criar uma “marca” própria associada ao lugar, que a individualize tanto quanto aos fluxos regionais de turismo e lazer provenientes da metrópole carioca, como também garanta sua inserção diferenciada nas redes globais das atividades de exploração e produção de petróleo (Egler e Pires do Rio, 2004a e b). Tal marca pretende definir a cidade como um lugar particular, que valoriza sua natureza e cultura, e um local integrado nos circuitos globais, capaz de sediar uma Zona Especial de Negócios destinada a ser um pólo de serviços avançados para o setor petrolífero.

Do seu lado, as alterações na malha político-administrativa resultam, em grande parte, da capacidade da ação local. Do ponto de vista espacial, o aumento do número de

municípios na região envolve o acesso aos *royalties* pela projeção da fachada litorânea de cada unidade na plataforma continental e a disputa pela localização de instalações de unidades de apoio (armazéns de estocagem, unidades de processamento, unidade de negócios, etc).

Quadro 2

Alterações da malha político-administrativa- Zona de Produção Principal, Bacia de Campos, RJ

Município de Origem	Data do Desmembramento			
	1980	1991	1993	1997
Cabo Frio	Cabo Frio	Cabo Frio Arraial do Cabo	Cabo Frio Arraial do Cabo	Cabo Frio Arraial do Cabo Armação de Buzios
Macaé	Macaé	Macaé Quissamã	Macaé Quissamã	Macaé Quissamã Carapebus
Campos	Campos	Campos dos Goytacazes Italva	Campos dos Goytacazes Italva Cardoso Moreira	Campos dos Goytacazes Italva Cardoso Moreira
Casimiro de Abreu	Casimiro de Abreu	Casimiro de Abreu	Casimiro de Abreu Rio das Ostras	Casimiro de Abreu Rio das Ostras

Fonte: FIBGE-IPEA.

O quadro mostra que quatro municípios resultaram em 11 unidades político-administrativas no período considerado. Chama a atenção o período entre 1993-97 quando houve o maior número de desmembramentos de modo a coincidir com o repasse dos *royalties*. Em síntese, as características desses desmembramentos referem-se: a) o aumento do número de prefeituras disputando recursos e localizações para a instalação de empreendimentos ligados ao setor petrolífero e aos serviços afins; e b) ampliação do leque de agentes na construção de instituições locais. Os desafios colocados por esse tipo de mudança remetem tanto às condições de criação como à natureza de institucionalidades emergentes que podem (ou não) reforçar a interação setorial e territorial.

Até o presente, a resposta institucional em escala regional foi a formação da OMPETRO (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo da Bacia de Campos) que equivale à Zona de Produção Principal. Essa organização, ainda em fase de consolidação, tem como principais metas o estabelecimento de relações diretas com as empresas de petróleo, particularmente a Petrobrás e, a médio prazo, ter assento no Conselho Nacional de Política Energética (Piquet, 2003). Todavia, a OMPETRO emerge de um tecido social e econômico no qual os agentes possuem uma desigual capacidade de resposta, intervenção e investimento. Como organização de porte regional, a OMPETRO pode, a médio prazo,

impor-se como articuladora de ações em escalas mais amplas. Ainda com um recorte setorial, esse tipo de organização poderá impor-se como referência para a consolidação de um território produtivo (Egler e Pires do Rio, 2003).

Considerações Finais

A compreensão dos novos dispositivos institucionais, o fortalecimento da ação local e a emergência de novos agentes reguladores imprimem um modo diferenciado no comportamento e evolução das regiões. As principais características observadas nos últimos quinze anos podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- Processo de crescimento acelerado da população, nível de renda extremamente concentrado em Macaé;
- Dinâmica territorial influenciada por um agente estatal de comportamento privado (Petrobrás); embora atualmente verifique-se a presença de outras empresas atuando na exploração e produção, a Petrobras ainda permanece como ator dominante;
- Ampliação e intensificação da inserção em redes globais altamente especializadas;
- Interação e inserção local das atividades e empresas ligadas à indústria para-petrolífera espacialmente concentradas;
- Ação local diferenciada que gera um aumento do setor de serviços associados à indústria pára petrolífera;
- Acirramento das disputas pelos benefícios dos *royalties* e alterações na malha político-administrativa.

Ainda que a resposta institucional esteja referenciada a um setor econômico, a possibilidade de se criar organismos que atuem na aproximação de instituições de diferentes funções econômicas e sociais permanece em aberto. Assim, assume-se, neste trabalho, que a especialização exclusivamente setorial não implica necessariamente em constituição de um território produtivo. As transformações analisadas no Norte Fluminense indicam que a evolução do comportamento dos agentes quando confrontada ao território requer igualmente um ajuste institucional. Esta razão nos parece suficiente para insistir na importância de se estabelecer uma nova institucionalidade na qual poderá se inscrever uma nova malha de interações espaciais que assegure o desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ANP (2004): *Anuário Estatístico*. Rio de Janeiro: ANP.

BERNARDES, L. M. C. (1957): *Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: CNG.

DAVIDOVICH, F (2000): "Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial". *Território,* n°9, Jul-Dez. 2000, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ.

DIOGO, P N (2004): *Ação econômica local e royalties do petróleo na Área de Influência da Bacia de Campos.* MSc PPGG, UFRJ

EGLER, C A G e PIRES DO RIO, G A (2003): O novo mapa institucional: o papel das agências reguladoras na gestão do território. *Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*. CD-ROM.

EGLER, C A G e PIRES DO RIO, G A (2004a): Ambiente Institucional e Redes Globais: o exemplo da Petrobrás. Anais do IV Congresso Europeu de Latinoamericanistas. Bratislava. CD-ROM.

EGLER, C A G e PIRES DO RIO, G A (2004b): Territórios do petróleo no Brasil: redes globais e governança local. Atas do Colóquio Internacional Les intégrations régionales: quelles dynamiques transfrontalières et transnationales? Les enseignements du Bassin de la Plata dans le Mercosur. Toulouse CD ROM.

GALVÃO, M CC (1986): Rio de Janeiro- contradições e ajustes de um espaço desigual. *Revista do Rio de Janeiro* 1 (3): 97-109.

HORTA, L N (2002): Produção e Processamento de Petróleo e Gás Natural no Brasil: sustentabilidade nos próximos 20 anos. Campinas: UNICAMP: www.cgu.rei.unicamp.br/energia2020/hortanogueira.pdf.

IGEO/UFRJ (2003): *Caracterização do meio sócio-econômico e previsão de impacto na área de influência da atividade de extração de petróleo na Bacia de Campos, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto de Geociências/UFRJ-REDEPETRO.

MONIE, F (2003): "Petróleo, industrialização e organização do espaço regional". In PIQUET, R (org): *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond.

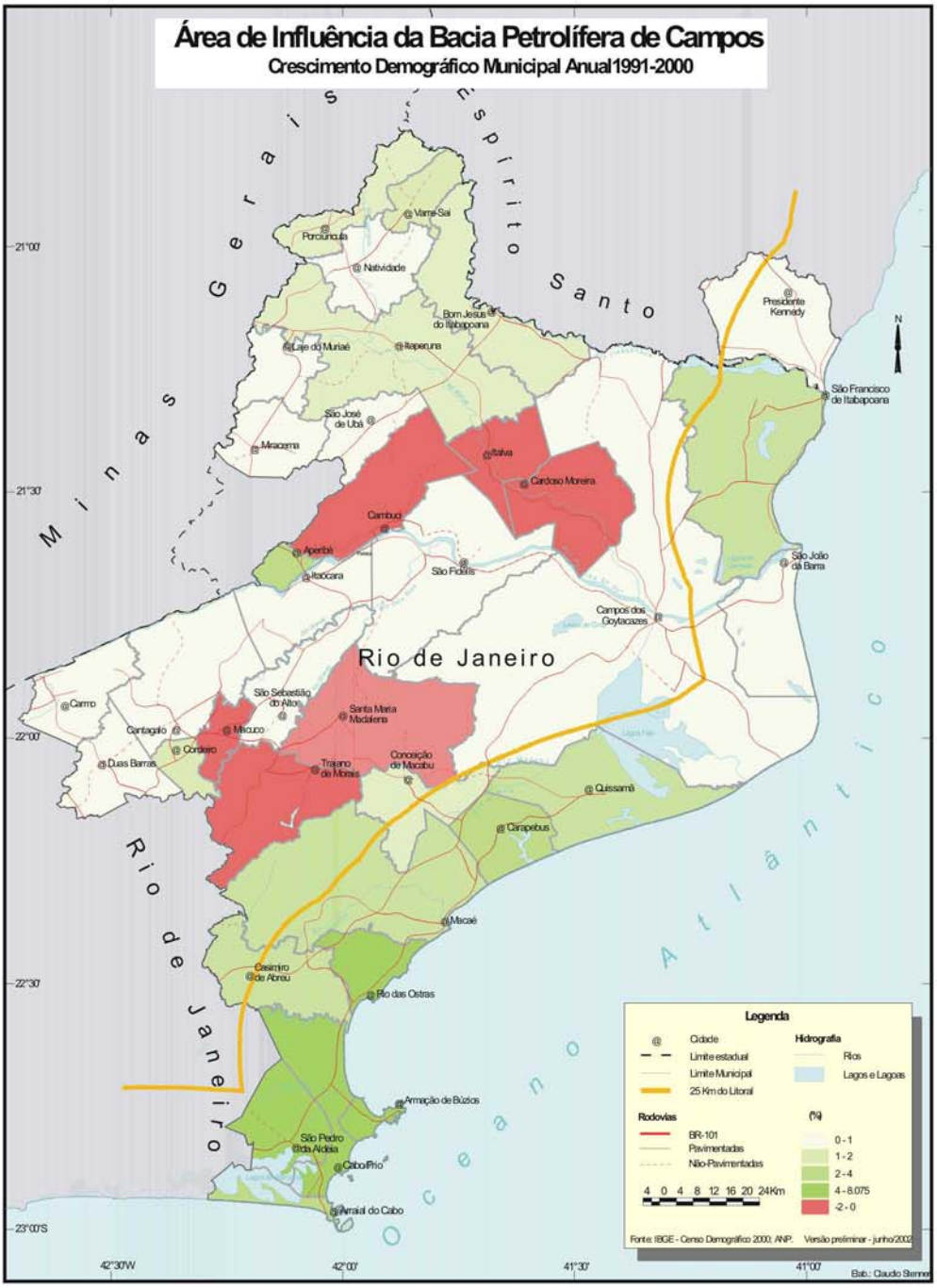
PIQUET, R (2003): "Da cana ao petróleo: uma região em mudança". In: PIQUET, R (org): *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond

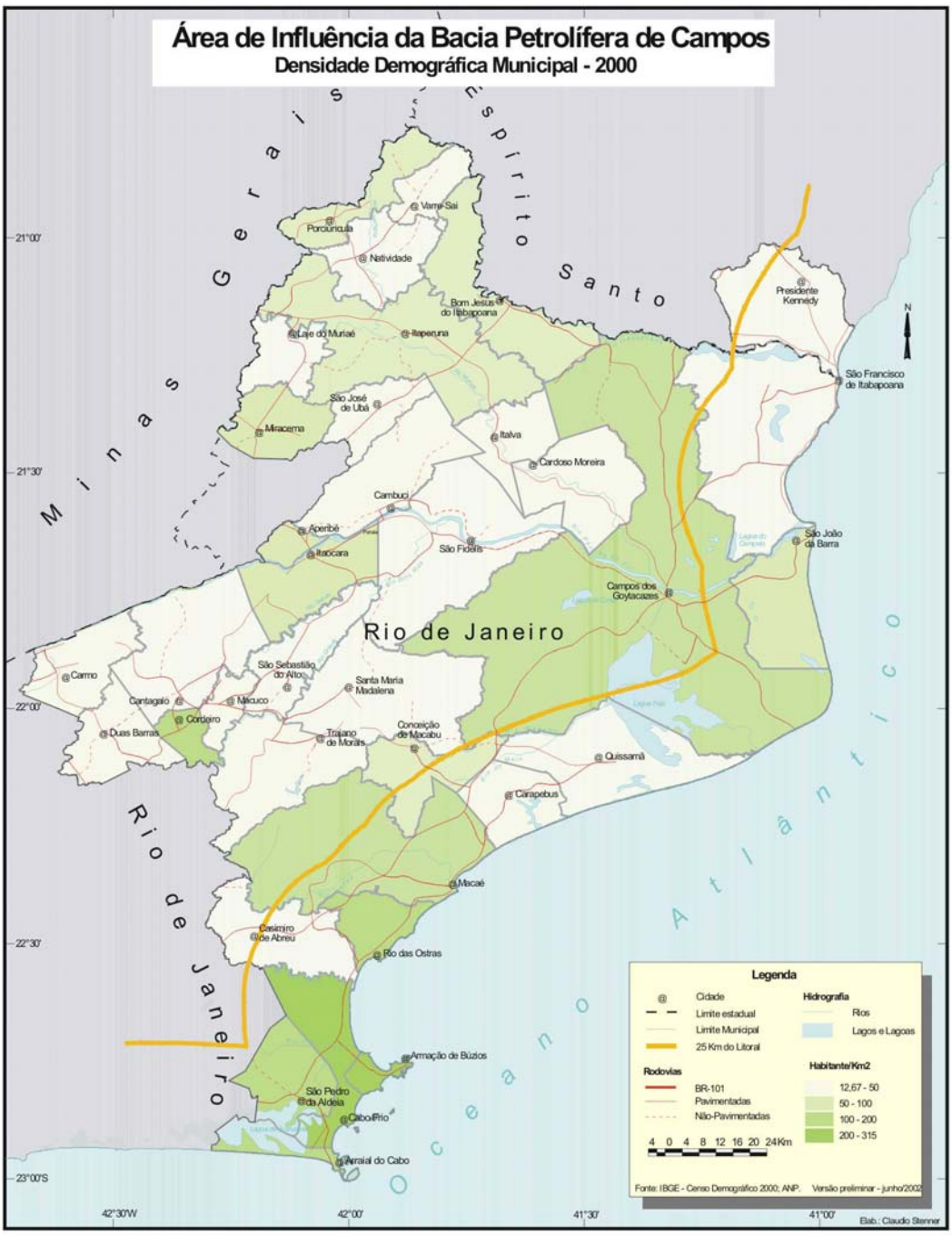
PIQUET, R (1990): "Grandes projetos e tendências na ocupação do território: a modernização excludente". *Espaço e Debates*, nº31, 1990, pp.72-81, São Paulo.

NASCIMENTO, R P. de (1999): *O impacto da Petrobrás no município de Macaé: uma análise das mudanças urbanas e na estrutura do emprego* (Dissertação de Mestrado) IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.

TERRA, D (2003): "A formação de um cluster petrolífero nos municípios da Bacia de Campos" In: PIQUET, R (org): *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond.

ANEXOS


Área de Influência da Bacia Petrolífera de Campos
Crescimento Demográfico Municipal Anual1991-2000
Minas Gerais
Espírito Santo
Rio de Janeiro
Oceano Atlântico
Varre-Sai
Porciúncula
Natividade
Bom Jesus do Itabapoana
Laje do Muriaé
Raposuna
São José de Ubá
Miracema
Italva
Cardoso Moreira
Cambuci
Aperibé
Itaocara
São Fidélis
Presidente Kennedy
São Francisco de Itabapoana
São João da Barra
Campos dos Goytacazes
Carmo
São Sebastião do Alto
Santa Maria Madalena
Cantagalo
Cordeiro
Duas Barras
Trajano de Morais
Conceição de Macabu
Quissamã
Carapebus
Macaé
Casimiro de Abreu
Rio das Ostras
Armação de Búzios
São Pedro da Aldeia
Cabo Frio
Arraial do Cabo
21°00'
21°30'
22°00'
22°30'
23°00'S
42°30'W
42°00'
41°30'
41°00'
N
Legenda
Cidade
Limite estadual
Limite Municipal
25 Km do Litoral
Hidrografia
Rios
Lagos e Lagoas
Rodovias
BR-101
Pavimentadas
Não-Pavimentadas
(%)
0 - 1
1 - 2
2 - 4
4 - 8.075
-2 - 0
4 0 4 8 12 16 20 24Km
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000; ANP
Versão preliminar - junho/2002
Elab.: Claudio Stenner


Área de Influência da Bacia Petrolífera de Campos
Densidade Demográfica Municipal - 2000
Minas Gerais
Espírito Santo
Rio de Janeiro
Rio de Janeiro
Oceano Atlântico
Varre-Sai
Porciúncula
Natividade
Bom Jesus do Itabapoana
Laje do Muriaé
Itaperuna
São José de Ubá
Miracema
Italva
Cardoso Moreira
Cambuci
Aperibé
Itaocara
São Fidélis
Presidente Kennedy
São Francisco de Itabapoana
São João da Barra
Campos dos Goytacazes
São Sebastião do Alto
Santa Maria Madalena
Carmo
Cantagalo
Macuco
Cordeiro
Duas Barras
Trajano de Morais
Conceição de Macabu
Quissamã
Carapebus
Macaé
Casimiro de Abreu
Rio das Ostras
Armação de Búzios
São Pedro da Aldeia
Cabo Frio
Arraial do Cabo
21°00'
21°30'
22°00'
22°30'
23°00'S
42°30'W
42°00'
41°30'
41°00'
N
Legenda
Cidade
Limite estadual
Limite Municipal
25 Km do Litoral
Rodovias
BR-101
Pavimentadas
Não-Pavimentadas
Hidrografia
Rios
Lagos e Lagoas
Habitante/Km2
12,67 - 50
50 - 100
100 - 200
200 - 315
4 0 4 8 12 16 20 24Km
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000; ANP.
Versão preliminar - junho/2002
Elab.: Claudio Stenner